



**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA**  
**ATA DA 343ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE**  
**LONDRINA**

1 Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e vinte e três, às treze horas e  
2 trinta minutos, no auditório do Hospital Dr<sup>o</sup> Eulalino Ignácio De Andrade (HZS), após  
3 a constatação do quórum mínimo necessário, reuniram-se os membros do Conselho  
4 Municipal De Saúde De Londrina para a 343ª reunião ordinária do CMS, tendo como  
5 pauta: **1.13h30 – Aprovação da Pauta da 343ª Reunião Ordinária do CMS;**  
6 **2.13h40 – Aprovação da Ata da 342ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal**  
7 **de Saúde; 3.13h50 – Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde,**  
8 **referente aos meses de Setembro, Outubro, novembro e Dezembro/2022 –**  
9 **Sandra Regina dos Santos Silva – Diretora de Gestão Financeira, Compras e**  
10 **Serviços; 4.14h15 – Aprovação do Relatório de Gestão/2022; 5.15h15 –**  
11 **Aprovação de Parecer do Conselho sobre Execução/2022; 6.15h45 –**  
12 **Aprovação do Plano de Trabalho PROVIGIA-PR – Fernanda Fabrin – Diretoria**  
13 **de Vigilância em Saúde; 7.16h15 – Ratificação da Declaração Técnica Referente**  
14 **aos Equipamentos Adquiridos pelo HU-UEL; 8.Avaliação da 15ª Conferência**  
15 **Municipal de Saúde; 9.16h30 – Demanda de Conselheiros/Comissões; 10.16h45**  
16 **– Informes; 17h15 – Teto máximo para encerramento.** Rita Domansky -  
17 presidente do Conselho Municipal de Saúde de Londrina, dá início aos trabalhos  
18 colocando a pauta em discussão. Rita coloca que foi solicitado uma inversão na  
19 pauta entre os itens 4 e 5. Rita informa que há uma hora o conselho recebeu um  
20 documento do Ministério Público a respeito da fila de cirurgias, mas não houve  
21 tempo hábil de analisar, mas como a Dr<sup>a</sup> Susana informou que estaria presente na  
22 reunião, talvez ela possa fazer um informe a respeito do assunto. O CMS aprova a  
23 pauta da reunião. Na sequência o CMS passa a discutir a ata da 342ª Reunião  
24 Ordinária do CMS, a qual é aprovada sem apontamentos pelo conselho. Por  
25 questões técnicas, o conselho inverte a pauta e passa a discutir o ponto de pauta:  
26 **Aprovação do Relatório de Gestão/2022.** A diretora **Evilin Gorcks** inicia dizendo  
27 que foi encaminhado para os conselheiros o RAG 2022, o arquivo está em um  
28 formato mais resumido do DIGISUS, e, após aprovação no CMS, será anexado tanto  
29 no sistema, quanto no site da PML, o formato mais completo que o conselho está  
30 acostumado a acompanhar, mas este arquivo encaminhado apresenta alguns dados  
31 de produção e a avaliação das ações da PAS 2022, essas ações foram classificadas  
32 como realizadas, não realizadas ou parcialmente realizada, e também o resultado  
33 dos indicadores que foram pactuados. O conselheiro **Laurito Porto de Lira Filho**  
34 questiona se foi feita alguma ação para tentar melhorar a questão da cobertura  
35 vacinal, pois houve muita fakenews e movimentos anti-vacina na cidade. Laurito diz  
36 que se no tocante aos dados de morbidade, dentre os residentes, as pessoas

37 atendidas pelo SAD entram também ou não. Evilin diz que em relação as vacinas, no  
38 relatório estão descritas várias ações realizadas, por exemplo, abertura de UBS's em  
39 horários estendidos, ações em Shoppings, escolas, parcerias com a SME e  
40 Secretaria Municipal do Idoso, ou seja, várias ações para aumentar a cobertura,  
41 infelizmente ainda há muito a se fazer, isso foi inclusive algo solicitado na  
42 conferência. Fernanda Fabrin – diretora da DVS-, diz que no tocante aos dados de  
43 morbidade, a tabela do relatório fala de morbidade hospitalar de pacientes que estão  
44 internados residentes de Londrina, mas não entra o SAD, pois neste caso são  
45 pacientes em casa com prestação de atendimento por equipe especializada. Fabrin  
46 diz que no tocante a vacina, a SMS tem feito várias ações sobre a importância de se  
47 vacinar e o combate a fakenews, o secretário está diariamente falando sobre as  
48 vacinas, uma parceria está sendo estudada junto a SME, no sentido de se fazer um  
49 levantamento pontual nas escolas para realizar a vacinas nestes locais , e , diferente  
50 do que sempre foi feito pedindo autorização para os pais para vacinas, a ideia é que  
51 o pai que não quiser vacinar o filho encaminhe uma carta se negando a atualizar a  
52 caderneta de vacina na escola, mas isso ainda está sendo estudado. **Não havendo**  
53 **mais questionamentos, o plenário do CMS, por meio da resolução 006/2023,**  
54 **aprova o relatório anual de gestão 2022.**(Link::  
55 [https://saude.londrina.pr.gov.br/images/Conselho de Sa%C3%BAde/Resolu%C3%](https://saude.londrina.pr.gov.br/images/Conselho_de_Sa%C3%BAde/Resolu%C3%A7%C3%B5es_2023/Resolu%C3%A7%C3%A3o_06-23_CMS_-_Aprova_RAG22_1.pdf)  
56 [A7%C3%B5es\\_2023/Resolu%C3%A7%C3%A3o\\_06-23\\_CMS -](https://saude.londrina.pr.gov.br/images/Conselho_de_Sa%C3%BAde/Resolu%C3%A7%C3%A3o_06-23_CMS_-_Aprova_RAG22_1.pdf)  
57 [\\_Aprova\\_RAG22\\_1.pdf](https://saude.londrina.pr.gov.br/images/Conselho_de_Sa%C3%BAde/Resolu%C3%A7%C3%A3o_06-23_CMS_-_Aprova_RAG22_1.pdf)). Dando sequência aos trabalhos o conselho para a discutir o  
58 ponto de pauta: **Aprovação do Plano de Trabalho PROVIGIA-PR. Fernanda**  
59 **Fabrin** – diretora da DVS-, inicia a seguinte apresentação:  
60 [Plano\\_9767225\\_Plano\\_de\\_Aplicacao\\_Financeira\\_Provigia\\_atualizado\\_em\\_13.03.](https://saude.londrina.pr.gov.br/images/Conselho_de_Sa%C3%BAde/Resolu%C3%A7%C3%A3o_06-23_CMS_-_Aprova_RAG22_1.pdf)  
61 [2023.pdf](https://saude.londrina.pr.gov.br/images/Conselho_de_Sa%C3%BAde/Resolu%C3%A7%C3%A3o_06-23_CMS_-_Aprova_RAG22_1.pdf). O conselheiro João Batista diz que alguns termos são difíceis de entender  
62 como custeio e capital. Fernanda Fabrin responde que custeio são materiais que não  
63 são permanentes e capital são coisas permanentes. O conselheiro João Batista  
64 afirma que o quantitativo de confecção de 10 mil unidades de material  
65 informativo/educativo é muito baixo, considerando que Londrina tem mais de 600 mil  
66 habitantes. Fernanda Fabrin responde que o material em questão é sobre  
67 hanseníase, considerando que muitos materiais já vêm pelo estado, se optou por  
68 algo que o município não tinha no momento. O conselheiro Laurito Porto de Lira  
69 Filho destaca que muitas vezes o município fica preso a questão de panfletos, mas  
70 hoje se pode usar vídeo, áudio e cards para informar, sendo que usar panfletos  
71 atualmente não está sendo a melhor forma de comunicar, então seria interessante  
72 se pensar mais em outras ferramentas de comunicar e educar. Fernanda coloca que  
73 realmente talvez comunicar de uma forma não chegue a todos realmente, mas o que  
74 se pensou é que o material poderia ajudar a replicar a informação na região das  
75 unidades de forma mais pontual, mas realmente seria interessante pensar em outras  
76 formas de comunicação. O conselheiro Nobuaki Hasegawa destaca a importância  
77 da comunicação, por exemplo, na questão de vacinas o posicionamento contra a

78 vacina acabou sendo mais eficiente, em seu consultório vê muitas pessoas  
79 aparentemente esclarecidas se posicionarem contra as vacinas, inclusive médicos,  
80 algo realmente ridículo, ou seja, a contrainformação ainda está muito ativa, então  
81 deve ser estudada uma forma mais eficiente de comunicação, senão daqui a pouco  
82 vai se ver novamente crianças com paralisia infantil e outras doenças. Fernanda  
83 responde que realmente é preciso pensar em algo sobre a questão das vacinas, pois  
84 a negativa a vacina é um problema que tem afetado todo país. O conselheiro João  
85 Martins diz que a DVS poderia trazer no conselho um programa para este tipo de  
86 situação, pois acha muito pouco apenas 10 mil panfletos, então é preciso um projeto  
87 específico que aborde questões de nível educacional, informativo, se for  
88 apresentado um programa com metas seria mais fácil ter a percepção do global. A  
89 diretora Rosilene Machado explica que a apresentação realmente é sobre um  
90 recurso específico, mas que todo ano há recursos da atenção básica, DVS, para  
91 fazer material informativo, mas há uma dificuldade muito grande para desenvolver o  
92 material, pois tem de ter desenho, só poder usar material gratuito, então há uma  
93 série de coisas que talvez não há equipe com a competência para fazer, exceto a  
94 equipe de comunicação da PML, então tem recursos em outras áreas para a mesma  
95 despesa, mas a SMS pode apresentar isso ao conselho posteriormente. Fernanda  
96 Fabrin diz que esses 10 mil são para uso pontual, mas há outros recursos e  
97 atividades que a DVS trabalha. O conselheiro Laurito Porto de Lira Filho questiona  
98 se dentro da PML há uma articulação com outros órgãos para conseguir acesso a  
99 materiais que podem ser utilizados e são gratuitos. O conselheiro Jurandir Rosa diz  
100 que essas informações e materiais precisam ser repassado as entidades para que  
101 elas possam ajudar a SMS nesta divulgação. O conselheiro Luiz  
102 Alfredo questiona que o plano apresenta a compra de apenas um GPS, mas na  
103 verdade são necessários vários desses equipamentos, então que em novas  
104 aquisições se atente a esta necessidade. Fernanda Fabrin responde que como se  
105 trata de um novo equipamento, a ideia é fazer um teste para verificar sua eficácia e  
106 futuramente pensar em mais aquisições. O CMS aprova o **“Plano de Trabalho  
107 PROVIGIA-PR”**. Na sequência é passado ao ponto de pauta: **Prestação de Contas  
108 do Fundo Municipal de Saúde, referente aos meses de Setembro, Outubro,  
109 novembro e Dezembro/2022**. A diretora Sandra Santos Silva inicia a seguinte  
110 apresentação: [https://1drv.ms/b/s!AtknpXqGwOMTkz8rsLK-WD3X5uW\\_?e=06JrBt](https://1drv.ms/b/s!AtknpXqGwOMTkz8rsLK-WD3X5uW_?e=06JrBt). O  
111 conselheiro João Batista questiona o que é “previsão atualizada” e “receita  
112 realizada”. Sandra Silva responde que na elaboração do orçamento é feito uma  
113 previsão da receita e projeção com base na receita dos 2 últimos exercícios, a  
114 previsão atualizada é o máximo que o gestor pode gastar, então é feito uma  
115 projeção de receita e vai se fixando a despesa dentro dessa projeção, e, durante o  
116 exercício financeiro, a receita pode ser menor do que foi previsto ou maior, se uma  
117 despesa não cabe no orçamento a gestão tem de solicitar uma autorização e feito o  
118 chamado “excesso de arrecadação”, por exemplo, se estava previsto uma receita de

119 5 milhões e aconteceu uma receita de 10 milhões, para se executar uma despesa é  
120 preciso ampliar a receita, então é um excesso de arrecadação , quando se faz isso  
121 ele passa a ser previsão atualizada. O conselheiro João Batista solicita que seja feito  
122 uma capacitação com todos os conselheiros sobre a questão financeira,  
123 aproveitando que vai entrar uma nova gestão no CMS. A diretora Sandra Silva se  
124 coloca à disposição do CMS para uma capacitação. O conselheiro Nobuaki  
125 Hasegawa questiona se nos recursos recebidos pelos prestadores está incluído o  
126 recurso fundo a fundo e emendas. Sandra responde que está incluído recurso fundo  
127 a fundo e emenda, o que o hospital recebeu está incluído no montante apresentado.  
128 Não havendo mais questionamentos o conselho aprova a **“Prestação de Contas do**  
129 **Fundo Municipal de Saúde, referente aos meses de setembro, outubro,**  
130 **novembro e dezembro/2022”**. Na sequência o conselho aprova a resolução  
131 **005/2023:**[https://saude.londrina.pr.gov.br/images/Conselho de Sa%C3%BAde/  
132 Resolu%C3%A7%C3%B5es\\_2023/Resolu%C3%A7%C3%A3o\\_05-  
133 2023 Aprova Contas 1.pdf](https://saude.londrina.pr.gov.br/images/Conselho_de_Sa%C3%BAde/Resolu%C3%A7%C3%B5es_2023/Resolu%C3%A7%C3%A3o_05-2023_Aprova_Contas_1.pdf). Dando sequência aos trabalhos o conselho passa ao  
134 ponto de pauta: Informes. O diretor Cleiton Santana (DUES) informa que tem uma  
135 reunião hoje com o secretário, pois nos últimos 15 dias houve um aumento  
136 significativo nas portas de espera das UPA's e PA's, no PAI a SMS já está  
137 trabalhando com 8 médicos das 07h00 as 19h00, mas também houve um  
138 fortalecimento nas UPA's na segunda e terça-feira , pois há um aumento nos casos  
139 de dengue , tem ainda alguns casos respiratórios, então já foi aumentado posto de  
140 trabalho médico e de enfermagem das 07h00 a 01h00, na madrugada se manteve  
141 os postos atuais, então são 5 médicos, 11 postos de enfermagem e mais duas  
142 enfermeiras supervisoras , para que todos tenham um ideia, no PAI são feitos em  
143 média 290 atendimentos por dia, na segunda passada foram feitos 468  
144 atendimentos, na UPA Centro Oeste são 400 atendimentos/dia e não segunda  
145 passada foram 653 atendimentos, ou seja, um aumento muito grande, por isso vai  
146 conversar com o secretário para definir estratégias de melhoria na rede. Cleiton  
147 convidada a todos para a inauguração da nova sede do SAMU, no dia 24/03, as  
148 09h00. O conselheiro Edvaldo Viana coloca que já iria pedir uma pauta por conta do  
149 caos que houve no PA, então gostaria que o Cleiton apresente na próxima reunião a  
150 demanda de janeiro/fevereiro/março, com o respectivo quadro de funcionários,  
151 jornada de trabalho, ou seja, um relatório detalhado para que os conselheiros  
152 possam analisar. Cleiton explica que esses dados já estão disponíveis no portal da  
153 transparência, mas vai disponibilizar para o CMS e fazer a apresentação. A  
154 promotora Dr<sup>a</sup> Susana de Lacerda informa que o MP encaminhou ao CMS a  
155 recomendação administrativa n.º 002/2023, pois desde que assumiu a 24<sup>a</sup>  
156 promotoria em 2019, estavam sendo feitas tratativas no sentido da necessidade de  
157 transparência das filas do SUS, das filas de cirurgia, dos exames não emergenciais  
158 e das consultas especializadas. Com o advento da pandemia, toda esta questão  
159 ficou sobrestada, mas com o arrefecimento da mesma a questão foi retomada. No

160 âmbito estadual a Defensoria Pública da União entrou com ação contra o estado do  
161 Paraná e este acabou condenado a disponibilizar esta transparência da mesma  
162 forma que está pedindo na sua recomendação, obviamente estabelecendo um prazo  
163 para que isso fosse feito, e aí ainda havia um movimento de parte da Assembleia  
164 Legislativa para que fosse votada uma lei neste sentido. Com o novo governo houve  
165 a portaria 90/23 que estabeleceu um incentivo para cirurgias eletivas, exames não  
166 emergenciais e cirurgias especializadas, mas, o estado do Paraná até o momento  
167 não aderiu a este programa, porque vários municípios não estão com suas filas  
168 organizadas e não entregaram suas filas para o estado, entre eles o município de  
169 Londrina, hoje não há no município uma unicidade de filas, ou seja, cada hospital  
170 tem sua fila, o sistema do estado, CISMENPAR e município não se comunicam, e o  
171 que se nota é muitas vezes a mesma pessoa em vários sistemas, e a pessoa  
172 procura a defensoria e o MP ansiosas querendo uma previsão de quando vai ser  
173 atendido, e ai estes órgãos acabam sendo fonte de informação quando na verdade  
174 quem deve fornecer essa informação é o gestor, já que a transparência é uma  
175 obrigação do gestor por conta da CF, portanto, a recomendação é para que o gestor  
176 cumpra a lei neste sentido no prazo de 60 dias. O que nota cada vez que insta o  
177 gestor a falar isso é que não há previsão, e quando pergunta informalmente ao  
178 gestor ele diz que tem a lista, mas essa lista nunca é entregue, então não consegue  
179 saber se este controle existe ou não, isso dificulta muito as coisas, gera ainda um  
180 volume de trabalho ao gestor nestas respostas, hoje tem 1200 procedimentos na  
181 promotoria e cerca de metade deles são de pessoas que procuram o MP querendo  
182 saber quando serão realizados seus exames e cirurgias, e foi até oportuna a  
183 exposição da Sandra do quanto a judicialização impacta o orçamento público, sendo  
184 que desde que assumiu a promotoria judicializou apenas 12 ações individuais, mas  
185 isso vai acabar, está numa situação na promotoria onde há pessoas aguardando  
186 cirurgia há mais de 5 anos , então não vai mais evitar a judicialização, não pode  
187 mais deixar as pessoas aguardando por este prazo, e essa judicialização vai  
188 impactar os cofres públicos e a saúde macro, mas como promotora não tem como  
189 justificar para uma pessoa que procurou o Drª Paulo Tavares lá em 2017 e ao  
190 perguntar para o município ouvir que não tem previsão, perguntar em  
191 2018,2019,2020 e ouvir que não tem previsão, estamos em 2023 e não dá mais para  
192 esperar, estas ações estão sendo preparadas e serão propostas. Outra questão é  
193 que a falta de transparência impossibilita pensar em quais são os gargalos do  
194 município na área da saúde, pois com os dados disponíveis poderia se pensar em  
195 políticas de como resolver determinado problema, a recomendação é para que haja  
196 transparência, mas a partir dela será possível pensar o que pode ser feito, a ideia  
197 central da recomendação é para que o usuário saiba qual sua situação na fila de  
198 espera. Lacerda afirma que o município tem 60 dias, já há uma boa vontade do  
199 mesmo em cumprir esta recomendação, há uma dificuldade do sistema, mas  
200 acredita que isso possa ser superado, já que o município na questão das creches

201 tem uma fila organizada, claro que a fila do SUS é muito mais complexa, mas  
202 Londrina tem sim condições de ter esta fila, estados como Santa Catarina e Rio de  
203 Janeiro tem esse sistema e ele funciona. O conselheiro Nobuaki Hasegawa relata  
204 que o Hoftalon, DRAS e 17ª RS se reuniram na última segunda-feira justamente  
205 para discutir essa questão, mas, para exemplificar a complexidade da questão da  
206 transferência de dados para o gestor, o Hoftalon tem dois contratos, um mais antigo  
207 com o município e outro feito agora mais recente com o estado, ou seja, um  
208 ambulatório do contrato com município e agora outro ambulatório do contrato com o  
209 estado, sendo que o Hoftalon tem cerca de 1400 cirurgias de cataratas na fila do  
210 contrato com o município, ai ideia foi de transferir essa fila de Londrina para a fila do  
211 estado, mas disseram que isso não é possível e que o atendimento tem de terminar  
212 onde começou. Outro ponto complicado é que os sistemas não conversam, então o  
213 governo federal deveria criar um sistema único de informação para unificar tudo,  
214 mas como resolver a questão da fila que está dentro do contrato do município , que  
215 autoriza 300 cirurgias por mês, sendo que são 1400 pessoas esperando, fora a fila  
216 dos exames, mas vai ser disponibilizado os dados para o município e a partir daí vai  
217 resolve a questão da informação para os usuários, mas isso não resolve o problema  
218 da fila , já que isso depende de recursos e de acordo com a limitação de um  
219 contrato. A conselheira Maria Lucia (17ª RS) informa que realmente o estado tem um  
220 sistema próprio chamado CARE, ele é relativamente novo e ainda está sendo  
221 ajustado, mas um grande avanço que o CARE traz é a questão de o paciente ser do  
222 município e este que o conhece e sabe se ele urgencializou, se fez a cirurgia, onde  
223 ele mora, isso tudo é um avanço importante e hoje em nos 5 hospitais de média  
224 complexidade e no Hoftalon, os pacientes só entram via CARE, não é algo simples,  
225 há mais de um ano vem sendo feitas reuniões semanais para discutir e tentar  
226 entender as filas e tentar unificar, pois ter dados concretos possibilita dar resposta  
227 para aquilo que as pessoas efetivamente precisam, mas como Londrina está no  
228 CARE e tem o seu próprio sistema SaúdeWEB, talvez seja preciso ele fortalecer sua  
229 equipe para dar conta de toda a demanda. O conselheiro Laurito Porto de Lira Filho  
230 diz quando se fala em saúde pública, os dados já existem e só não se sabe onde vai  
231 tabular eles, e aí o grande problema é a falta de vontade política, por exemplo, o  
232 Banco do Brasil tem duas empresas que fornecem programas, o governo é dono de  
233 duas empresas ligas ao Banco do Brasil, fora outras, então falta vontade política,  
234 não há conversas no sentido de criar um programa capaz se conversar com os  
235 diversos sistemas utilizados na rede de saúde. A presidente Rita Domansky informa  
236 que a pauta “Declaração Técnica Referente a Equipamentos do HU” será retirado da  
237 pauta, pois houve um extravio do documento, então vai ficar para a próxima reunião.  
238 Rita informa que a pauta “Avaliação da 15ª Conferência Municipal de Saúde” não  
239 será apreciada hoje, pois a comissão ainda não conseguiu se reunir para finalizar  
240 esta questão. Na sequencia a palavra passa a diretora Sandra Santos Silva, que  
241 inicia a seguinte apresentação:

242 <https://1drv.ms/b/s!AtknpqxgGwOMTk0JrHG6Dm2XstH8L?e=tu1qVQ>. O conselheiro  
243 Geraldo Júnior (HZS) diz que entre o final de 2021 e novembro de 2022, o recurso  
244 de aproximadamente 750 mil reais do HZS e HZN estava vindo do MS para o  
245 município, o governo estadual bancando através da fundação, e esse dinheiro não  
246 vinha para os hospitais porque não existia contrato para repassar para os hospitais ,  
247 então o hospital faturou tudo , mas não recebeu nada durante todo este tempo, eu  
248 entendi que se este dinheiro estava caindo na conta e não estava sendo usado para  
249 pagar produção do hospital, que ele estivesse nesta sobra a ser ratificada ou ele foi  
250 usado na conta para pagar o extra-teto dos outros hospitais. Sandra Silva responde  
251 que a lei em questão trata especificamente de hospitais filantrópicos, e nenhum dos  
252 recursos apresentados é recurso MAC, por isso não envolve HZS e HZN. O  
253 conselheiro Geraldo Júnior diz que um ano de recurso que não foi repassado para o  
254 HZS e HZN significa 10 milhões a mais, então sua dúvida é se está sobrando onde  
255 isso foi usado. Sandra Silva responde que o recurso MAC não sobra e está na  
256 prestação de contas, na fonte 496 deve estar 30 ou 35 milhões negativos, isso quer  
257 dizer que já está empenhada a despesa e não tem dinheiro para pagar. A  
258 conselheira Ana Paula Cantelmo questiona qual vai ser o instrumento pelo qual será  
259 feito este repasse, se vai ser preciso algum tipo de plano de trabalho, como vai ser a  
260 prestação de contas e se houve alguma definição neste sentido. Sandra Silva diz  
261 que conversou com uma técnica de Curitiba e está todo mundo com a mesma  
262 dúvida quanto à forma de repasse, em conversa com um apoiado do Conasems  
263 ligado ao FNS, e a ideia é empenhar como incentivo para o hospital de acordo com o  
264 contrato. O conselheiro Laurito Porto de Lira Filho questiona se essa transposição  
265 constitucionalmente não poderia ser feita. Sandra Silva responde que normalmente  
266 ela é proibida, mas a lei complementar 197 autoriza a fazer até 31/12/2023. O  
267 conselheiro Nobuaqui Hasegawa diz no hospital chegou à informação que este  
268 recurso poderia ser utilizado da maneira que a instituição quisesse, em insumos e  
269 até folha de pagamento. Sandra Silva responde não há necessidade de plano de  
270 aplicação, o que não pode é pagar serviços, o hospital não vai fazer mais consultas  
271 ou mais exames com este recurso, e a portaria e a lei fala de prestação de contas,  
272 mas não entendeu como uma prestação de contas formal, porque isso vai ser  
273 preciso colocar no RAG do ano que vem. Outra coisa é a diferença entre o valor que  
274 está na conta e o valor que o hospital teria para receber, são os gestores que devem  
275 fazer o repasse e informar ao MS o saldo real e o que foi repassado para cada  
276 hospital, ficando ao MS complementar a diferença. O conselheiro Fernando Marcucci  
277 diz que em relação ao dinheiro destinado a Comuniaids, a ideia era que seria  
278 utilizado para ações de prevenção e educação por meio de parceria com uma  
279 entidade, mas a princípio isso está bloqueado para usar este ano. Sandra Silva  
280 responde que a partir da publicação da portaria isso não será possível. A conselheira  
281 Ana Paula Cantelmo diz que outra informação referente a utilização deste recurso, é  
282 que poderia ser para despesas assumidas anteriores a assinatura do que quer que

283 seja esse instrumento ou do repasse, isso é importante, pois muitos hospitais tem  
 284 dívidas antigas e podem priorizar que elas sejam remuneradas, além dessa não  
 285 necessária contrapartida em termos de produção. Sandra Silva responde que tudo  
 286 está definido com base na lei e na portaria. A conselheira Ana Paula Cantelmo  
 287 afirma que a CMB recomendou que haja sim uma prestação de contas ao município,  
 288 até por uma questão de transparência. Sandra Silva esclarece que se trata apenas  
 289 de uma apresentação de não há necessidade de aprovação de conselho. Não  
 290 havendo mais assuntos a reunião é encerrada. Na sequência é passado ao ponto de  
 291 pauta “Demandas de Conselheiros”. O conselheiro Edvaldo Viana solicita que na  
 292 próxima reunião a gestão faça uma apresentação sobre a situação da vacinação da  
 293 covid. Viana solicita ainda uma apresentação sobre o problema da infestação dos  
 294 escorpiões na cidade. A diretora Rosilene Machado informa que a vacina bivalente  
 295 covid já está sendo aplicada, algumas unidades estão abrindo ao sábado para  
 296 campanha para pode atender melhor a população, com agendamento eletrônico. O  
 297 conselheiro Jurandir Rosa informa que os indígenas do Centro Cultural Kaingang e  
 298 da Aldeia Água Branca estiveram em Brasília com o Ministro da Saúde para  
 299 reivindicar melhorias para sua comunidade, sendo que os ministros abriram as  
 300 portas para recebe-los, isso é um governo democrático que houve a comunidade.  
 301 Esta ata foi digitada pelo servidor Anderson Luiz Oliveira Silva e revisada pela  
 302 secretária Sandra Bavia.

Suplente	Carlos Felipe Marcondes Machado	justificou
Titular	Rosilene Machado	Presente
Suplente	Maria Lúcia da Silva Lopes	Presente
Titular	Joelma Aparecida de Carvalho	Justificou
Titular	Marco Antônio Modesto	Ausente
Suplente	Mário Sérgio Gazolli	Ausente
Titular	Lincoln Ramos e Silva	Justificou
Suplente	Luís Alfredo Gonçalves	Presente
Titular	Ligia Mara da Silva do Amaral	Presente
Suplente	Sandra Maria da Silva Matos	Ausente
Titular	Ester Massae Okamoto Dalla Costa	Justificou
Suplente	Joice Mara Cruciol e Souza	Justificou
Titular	João Batista Martins	Presente



Suplente	Nadya Christina Silveira Pellizari	Justificou
Titular	Fernando César Marcucci	Presente
Suplente	Flávia Gonçalves	justificou
Titular	Ana Paula Gracindo	Presente
Suplente	Argeria Serráglio Narciso	Presente
Titular	Edmilson Garcia	Justificou
Suplente	Manoela Germinari Pessoa	Presente
Titular	Rubia Gomes De Souza Santos	Justificou
Suplente	Nobuaqui Hasegawa	Presente
Titular	Fahd Haddad	Justificou
Suplente	Ana Paula Cantelmo Luz	Presente
Titular	Rita Domansky	Presente
Suplente	Vivian Biazon El Reda Feijó	Justificou
Titular	Reilly Aranda Lopes	Justificou
Suplente	Geraldo Júnior Guilherme	Presente
Titular	Edvaldo Vianna	Presente
Suplente	Amélia do Nascimento Magrinelli	Presente
Titular	Michelli Cobayashi	Ausente
Suplente	Livaldo Bento	justificou
Titular	Vaine Teresinha P Marques	Presente
Suplente	Teresa Moreschi	Justificou
Titular	Adriana Fernandes M. Sanches	Presente
Suplente	Maria Inês Bento Gimenes	justificou
Titular	Sem indicação	Ausente
Suplente	Ailton de Souza	Ausente
Titular	Wagner Aguiar de Almeida	Presente

Suplente	sem indicação	Ausente
Titular	Faustino Aparecido de Abreu	Presente
Suplente	Alcides Antônio Oliveira	Justificou
Titular	Jonathan dias De Moura	Presente
Suplente	José Lino	Presente
Titular	Eunice Tieko Myamoto	Presente
Suplente	Carlos Choji Kotinda	Presente
Titular	Laurito Porto de Lira Filho	Presente
Suplente	Regina Ferreira de Souza	Justificou
Titular	Jurandir Pinto Rosa	Presente
Suplente	Jair Rodrigues Pereira	Presente
Titular	Ângelo Barreiros	Presente
Suplente	Neide Aparecida Ferreira	justificou
Titular	Juvira Barbosa Cordeiro	Ausente
Suplente	Maria José Barbosa	Ausente
Titular	Sem indicação	
Suplente	Alexandre Montezin	Ausente